

Ata da Comissão de Redação do Plano Estadual de Cultura

Dias: 17 e 18/11/2014

Secretaria de Estado da Cultura

No dia dezessete de novembro de 2014, os membros da Comissão de Redação do Plano Estadual de Cultura reuniram-se no Salão Nobre da Secretaria de Estado da Cultura para dar continuidade aos trabalhos do grupo. A mesa foi composta por Jamil Scatena, Osterno Souza, ambos titulares indicados da Secretaria de Estado da Cultura, e Lívia Andrade, analista técnica de Apoio à Elaboração dos Planos Estaduais de Cultura. A primeira pauta do dia foi a aprovação da ata do encontro anterior.

Na sequência, as coordenadoras Valéria Rossi Domingos, da Unidade de Preservação do Patrimônio Histórico (UPPH), e Renata Motta, da Unidade de Preservação do Patrimônio Museológico (UPPM), fizeram a apresentação de suas áreas.

Sebastião Soares, titular de Cultura Popular, indagou se o Conselho de Defesa do Patrimônio Histórico Arqueológico, Artístico e Turístico (Condephaat) não poderia coibir a especulação imobiliária que tem acabado com o patrimônio arquitetônico e histórico das cidades. Valéria Rossi Domingos respondeu que este papel não cabe ao Condephaat e salientou que uma saída seria os municípios colocarem a preservação no Plano Diretor.

A coordenadora lembrou que a preservação passa por uma fase anterior, que é a elaboração do plano de restauro. Quanto ao descuido de prédios tombados de propriedade privada, o Condephaat pode notificar, autuar e multar. Não é incumbência do órgão coibir a especulação imobiliária, mas qualquer cidadão pode entrar no site e pedir o tombamento de um imóvel. O pedido será analisado e, se procedente, o trâmite para tombamento será iniciado.

Valéria Rossi Domingos acrescentou que é importante a população da cidade ser envolvida no processo e deu o exemplo da cidade de Amparo. Lá, há um pedido de tombamento de 600 casas e será feita audiência pública para saber a opinião da população.

Ela esclareceu que nem todos os proprietários de prédios tombados têm recursos para a manutenção dos imóveis. A coordenadora citou o modelo do

Instituto do Patrimônio Histórico de Minas Gerais, em que o Estado repassa a verba para o município, que transfere o recurso para o proprietário restaurar.

Luciano Dami de Oliveira, titular da região de Franca, indagou sobre a possibilidade de usar os recursos do Departamento de Apoio ao Desenvolvimento das Estâncias (DADE) para preservação de prédios já tombados. Jamil Scatena, titular indicado da Secretaria de Estado da Cultura, explicou que isso seria possível através de uma modificação da lei que institui o DADE.

José Pedro da Silva Neto, suplente de Cultura Popular, expôs sua inconformidade com o fato do Condephaat dar valor ao patrimônio material e deixar o imaterial de lado. Ele argumentou se não seria o momento de propor a extinção do Condephaat ou a reformulação do órgão, a partir da participação da sociedade civil. A coordenadora respondeu que a dificuldade do Condephaat está na demanda, mais de 400 pedidos, para poucos braços.

Adonias Garcia, titular da região de Barretos, corroborou a fala de José Pedro da Silva Neto disse que o Condephaat precisa avançar no reconhecimento do patrimônio imaterial. Ele citou a história de sua região, conhecida pelos peões de boiadeiro, que depois foram trabalhar nas fazendas e agora têm perdido espaço para a cana-de-açúcar.

Adonias solicitou que o Conselho Municipal de Cultura seja envolvido no processo de restauração do recinto Paulo de Lima Côrrea, em Barretos.

Carlos Alberto Pereira Júnior, titular da região de Registro, apontou o Sistema Estadual de Museus de São Paulo como um modelo exitoso que poderia ser usado pelo Condephaat. Valéria Rossi Domingos respondeu que isso entrou na pauta da última reunião do órgão. Ele também perguntou à coordenadora sobre a possibilidade do Condephaat, além da função reguladora, trabalhar uma proposta educativa concomitante ao processo de tombamento. Valéria Rossi Domingos disse que há prédios históricos que trabalham com oficinas para a população.

Isabela Valent, suplente de São Paulo Capital, falou sobre a dificuldade do Condephaat de reconhecer os mestres de saberes e perguntou à Valéria Rossi Domingos quais eram as políticas de acesso deste público. A coordenadora concordou com a dificuldade e se justificou dizendo que faltam braços.

Beatriz Maria Vianna Rosa, titular da região de Campinas, perguntou à Renata Motta se há alguma iniciativa nos museus, no sentido de saber do público o que está insatisfatório. A coordenadora respondeu que as únicas avaliações feitas são nos museus vinculados à Secretaria de Estado da Cultura. Mas ela frisou que a ampliação do acesso e diversificação do público é uma diretriz deste ano. A Secretaria tem uma política integrada de divulgação em todos museus. Passou a gratuidade de todos para sábado e lançou a gratuidade no mês de maio, que é o mês dos museus. Outra novidade é o passaporte dos museus, que dá uma gratuidade por museu no período de um ano.

A próxima exposição foi de Flávio Aduino Fenólio, que representou Renata Bittencourt, coordenadora da Unidade de Formação Cultural. Amilson Godoy, titular de Música, frisou o quanto o investimento em cultura é menos dispendioso ao Estado: um aluno do Guri custa R\$ 1.000,00 ao ano, um delinquente sai por R\$ 2.000,00 .

Leila Moreira da Silva, suplente da região de Marília, perguntou ao representante se há planos de implantação do Projeto Guri em outros municípios. Flávio Aduino Fenólio respondeu que há muitas demandas, mas que as restrições são orçamentárias. Marcos Pardim, titular da região de Sorocaba, fez a seguinte colocação: Eu receio que para um desavisado a sua apresentação pareça ser da Secretaria Municipal de Cultura e não da Secretaria Estadual de Cultura. Os projetos dialogam muito pouco com os municípios.

André Silva dos Santos, titular da região de São José dos Campos, corroborou a fala de Marcos Pardim e chamou à atenção para quase toda ação da Secretaria estar focada na cidade de São Paulo. Ele citou a concentração das Fábricas de Cultura na capital paulista e rebateu o argumento que os editais do Proac colocam o interior em pé de igualdade: Como um grupo de Taubaté vai competir com um de São Paulo que tem todo respaldo na formação? Para o titular, descentralização orçamentária é o desafio da Secretaria.

Luciano José Dami de Oliveira, titular da região de Franca, pontuou a necessidade da Comissão trabalhar a questão da descentralização e da Secretaria de Estado da Cultura ter braços regionais. Ele sugeriu um diagnóstico de como as regiões estão montadas em termos de população e distribuição de recursos para repensar a formação dessas regiões.

Veguinaldo Rodrigues, titular de São Paulo Capital, fez menção a Flávio Aduino Fenólio e convidou todos da Comissão para conhecer o modelo de gestão de uma Fábrica de Cultura. Ele explicou que o programa é fruto de um convênio específico entre a Secretaria de Estado da Cultura e o Banco Internacional para Reconstrução e Desenvolvimento. Na ocasião foi realizada a pesquisa do Índice de Vulnerabilidade Juvenil pela Fundação Sistema Estadual de Análise de Dados (SEADE). Com essas informações, o Estado definiu os locais de construção nas periferias em terrenos de até 5.000 m². As fábricas têm um programa pedagógico definido e atendem cerca de 1.500 aprendizes por unidade. Veguinaldo Rodrigues disse à Isabela Valent que ele, como gestor da Fábrica de Cultura do Capão Redondo, já produziu nas fábricas de São Luís e Capão diversos grupos de Culturas Populares e mestres e mestras da Cultura. Entre eles, Dinho Nascimento, Brasília, Jongo do Embu, Cortejos de Maracatus, Aluizio Machado, Osvaldinho da Cuíca e outros.

A última apresentação foi Maria Thereza Bosi de Magalhães, coordenadora da Unidade de Fomento e Difusão da Produção Cultural (UFDPC). Carlos Alberto Pereira Júnior, titular da região de Registro, disse que a UFDPC destoa das outras porque o Circuito Cultural Paulista é realizado no interior. Ele perguntou qual a dificuldade no diálogo com os municípios. A coordenadora respondeu que quando a cidade tem uma boa diretoria de cultura, a relação geralmente é bem sucedida. No entanto, explicou que há cidades que só recebem o Circuito por insistência da Secretaria e que alguns gestores têm pouco interesse.

Luciano José Dami de Oliveira lembrou da distribuição do Kit cinema atrelado ao programa Pontos MIS e sugeriu que a UFDPC amarrasse outras políticas de produção audiovisual junto com o kit. Maria Thereza Bosi de Magalhães explicou que há lugares em que não há nenhum espaço de difusão audiovisual e o kit é um primeiro passo. Mas concordou que talvez seja importante definir novas camadas de avaliação para doação do kit.

André Silva dos Santos, titular da região de São José dos Campos, expôs sua preocupação quanto a previsão do Proac Edital para 2015: O recurso destinado era de R\$ 45 milhões e caiu para R\$ 35 milhões? A coordenadora respondeu que o cenário é recessivo e que a arrecadação não cresceu. Ela acrescentou: A peça orçamentária que foi para Assembleia Legislativa do Estado de São Paulo no ano passado foi de R\$ 30 milhões e neste ano foi de R\$ 35 milhões.

Henry Mascarós, titular de Araçatuba, perguntou se há algum processo de reestruturação do Mapa Cultural Paulista. Maria Thereza Bosi de Magalhães respondeu que há uma mudança na forma que ele é operacionalizado. Até hoje, os municípios indicavam o grupo. Este ano vamos tentar um projeto microrregional. Os grupos poderão se cadastrar. Antes era fase municipal, regional, estadual e circulação. Agora vai sumir a regional, a ideia é que aconteça tudo no mesmo ano ou, na pior das hipóteses, fique apenas a circulação para o ano seguinte.

Marcos Pardim, titular da região de Sorocaba, destacou a abertura da UFDPC e perguntou à coordenadora se isso se deve aos programas Cultura Viva e Pontos de Cultura. Ele também indagou o que dá mais retorno: Os Pontos de Cultura tiveram um investimento de R\$ 18 milhões em três anos e uma única Organização Social recebeu R\$ 13 milhões em um ano?

Thereza Bosi de Magalhães salientou que são coisas muito diferentes. O Circuito Cultural Paulista é de R\$ 7 milhões e atinge 107 cidades para uma programação mensal. O valor do Cultura Viva e dos Pontos de Cultura é negociado com o Governo Federal. Segundo Thereza, não é o recurso que faz que um programa tenha excelência, mas a forma que é gerido.

José Pedro da Silva Neto, suplente de Cultura Popular, indica a preocupação com a Assessoria de Gêneros e Etnias – ACGE, e, Assessoria para Hip Hop, e, sugere que ela se transforme em uma Unidade.

Na parte da tarde, a Comissão se dividiu em Eixos para discutir o Conselho Estadual de Política Cultural, o Fundo Estadual de Cultura e o diagnóstico de cada Eixo, já incluindo o que foi exposto pelas coordenadoras. A reunião do dia dezessete terminou com a proposição da continuação dos trabalhos em grupo no dia seguinte.

No dia dezoito de novembro de 2014, os membros da Comissão de Redação do Plano Estadual de Cultura reuniram-se no Salão Nobre da Secretaria de Estado da Cultura para dar continuidade aos trabalhos. A Comissão se dividiu em grupos e voltou à discussão do dia anterior.

À tarde, a mesa foi composta pelos relatores (Eixo Dois - José Pedro da Silva Neto, Eixo Três - Isabela Valent e Eixo Quatro - Luciano Dami de Oliveira) e a

Christina Galvão da Silva, suplente dos Pontos de Cultura e integrante do Eixo Dois, que apresentaram o fechamento do trabalho em grupo como sugestão ao Sr. Secretário da Minuta do Projeto de Lei do Conselho Estadual de Cultura.

José Pedro da Silva Neto, suplente de Cultura Popular e relator do Eixo Dois, sugere que a composição deva ser paritária. Luciano José Dami de Oliveira, titular da região de Franca e relator do Eixo Quatro, pontuou que alguns conselhos são paritários, outros não. Em alguns há mais sociedade civil do que poder público.

A composição do Conselho Estadual de Cultura tem como representantes o poder público e sociedade civil. Do poder público, dois representantes da Secretaria de Estado da Cultura e um representante das seguintes Secretarias de Estado: Educação, Casa Civil, Meio Ambiente, Turismo, Esportes, Lazer e Juventude, Saúde, Justiça e Defesa da Cidadania, Direitos da Pessoa com Deficiência, Planejamento e Desenvolvimento Regional, um representante de Artes Visuais e Design, Artesanato, Arquitetura e Urbanismo, Audiovisual, Cultura Digital e Eletrônica, Música, Teatro, Dança, Arte Circense, Cultura Popular, Povos Tradicionais, Cultura Afro-brasileira, Cultura Indígena, Hip-Hop, Diversidade de Gênero e Artes Literárias.

José Pedro da Silva Neto, suplente de Cultura Popular e relator do Eixo Dois contextualiza o funcionamento do Conselho Nacional de Política Cultural do Ministério da Cultura e a Minuta do Conselho Municipal de Cultura de São Paulo e apresenta a proposta debatida pelos integrantes do Eixo 2, sugerindo que o conselho seja formado por colegiados setoriais e territoriais compostos cada um com 32 representantes (Regiões Administrativas) e que de cada um destes colegiados irá eleger um titular e suplente para o Conselho Estadual.

Isabela Valente, suplente de São Paulo Capital, argumentou sentir falta de representatividade de algumas áreas como Hip-Hop, Pontos de Cultura e populações mais vulneráveis, como pessoas com deficiências físicas, mentais e de rua.

Luciano José Dami de Oliveira, titular da região de Franca e relator do Eixo Quatro, sugeriu a substituição de Cultura Digital por Cultura Digital e Eletrônica, já que toda exposição conta com um datashow. Ele propôs Arte Circense, ao invés de Circo e Culturas Popular e Tradicional no lugar de Cultura Popular.

Outras sugestões foram: Colegiado de Entidades Carnavalescas, Colegiado de Cultura Gastronômica, Colegiado de Rádio Difusão Comunitária.

José Pedro da Silva Neto, suplente de Cultura Popular e relator do Eixo Dois, sugeriu a retirada do Colegiado Setorial de Arquitetura e Urbanismo. Carlos Camilo Mourão Junior, titular do Patrimônio Histórico, argumentou que há diferentes arquiteturas: uma especulativa e uma social.

Davidson Panis Kaseker, titular do SISEM, defendeu a manutenção de Arquitetura e Urbanismo por se tratar de soluções urbanas que têm tudo a ver com cultura. Sebastião Soares, suplente de Cultura Popular, afirmou ser contrário à permanência do Colegiado de Arquitetura e Urbanismo, porque o setor está contemplado na Secretaria de Planejamento e Urbanismo e na do Patrimônio Histórico.

Isabela Valente defendeu a permanência porque urbanismo pensa o espaço público. Carlos Camilo Mourão Junior voltou a defender a permanência do Colegiado de Arquitetura por ser uma linguagem específica e não estar contemplada nos demais segmentos. Ele frisou que Planejamento não se trata de Planejamento Urbanístico das Cidades. A Comissão encaminhou uma votação: 18 foram os favoráveis à manutenção do Colegiado de Arquitetura e nove foram contrários.

André Silva dos Santos, titular da região de São José dos Campos, pediu a permanência do Colegiado de Teatro, já que Artes Cênicas contempla dança, teatro e circo. José Pedro da Silva Neto, relator do Eixo Dois, pediu a inclusão do Colegiado de Povos Tradicionais de Matriz Africana. Ele contextualizou as diferenças entre Povos Tradicionais de Matriz Africana e Culturas Afro-brasileiras.

Hadailton José Teixeira, titular da região de São José do Rio Preto, solicitou a inclusão do Colegiado de Rádio Comunitária. Segundo ele, a Rádio Comunitária está no limbo, porque é vista como mídia e não como instituição cultural constituída em quase todo município.

A Comissão ficou de discutir na próxima reunião a inclusão ou não dos seguintes colegiados:

1-Colegiado Universidades

2-Colegiado dos Movimentos Sociais

- 3-Colegiado dos Pontos de Cultura
- 4-Colegiado de Populações em Situação de Vulnerabilidade
- 5-Colegiado de Entidades Carnavalescas
- 6-Colegiado de Cultura Alimentar
- 7-Colegiado da Cultura Caiçara
- 8-Colegiado Rádio Difusão Comunitária
- 9-Colegiado das Artes de Fronteira e Novas Tendências
- 10-Colegiado Setorial de Cultura Povos Tradicionais de Matriz Africana

Os representantes da Comunidade LGBT não estiveram presentes nas reuniões de novembro, mas enviaram justificativas. A titular Mariah Agata Jeremias de Souza Lima não pode comparecer por motivos de saúde e o suplente Dário Ferreira Sousa Neto, por estar na reta final de sua tese. Já os representantes dos Povos Indígenas se ausentaram mais uma vez e não mandaram explicações. Diante da situação, os titulares indicados pela Secretaria, Jamil Scatena e Osterno Souza, enviarão um comunicado, alertando sobre o andamento dos trabalhos da Comissão.

Pactuou-se que não serão debatidos novamente temas aprovados em consenso por todas(os).

Eu, Livia Andrade, analista técnica de Apoio à Elaboração dos Planos Estaduais de Cultura, redigi a presente ata.

Lista de presença

Região/Seguimento	Indicado / Eleito	Cidade	Presentes	Status
São Paulo Capital	Marilia Bonnas Conte	São Paulo	OK	Titular
São Paulo Capital	André Guilherme	São Paulo	OK	Suplente
São Paulo Capital	Veguinaldo Rodrigues	São Paulo	OK	Titular
São Paulo Capital	Isabela Umbuzeiro Valent	São Paulo	OK	Suplente
Grande São Paulo	Mateus Sartori	Mogi das Cruzes		Titular
Grande São Paulo	Glauco R. Gonzales	Ribeirão Pires		Suplente
Grande São Paulo	Maria Stela Cabral	Diadema		Titular
Grande São Paulo	Douglas Pinheiro	Embu Guaçu		Suplente
Campinas	Beatriz Maria Vianna Rosa	Campinas	OK	Titular
Campinas	Gabriel Guedes Rapassi	Campinas	OK	Suplente
Campinas	Armarantino Jesus de Oliveira	Hortolândia	OK	Titular
Campinas	Eufradisio Modesto	Jundiaí		Suplente
Araçatuba	Henry Mascarós	Araçatuba	OK	Titular
Araçatuba	Élio Siqueira Rocha	Piacatú		Suplente
Araraquara	Ricardo Portari Filho	Araraquara	OK	Titular
Araraquara	Evandro Duarte de Camargo Mesquita	Taquaritinga		Suplente

Barretos	Adonias Garcia	Barretos	OK	Titular
Barretos	Marcelo Leandro Lourenço	Barretos		Suplente
Bauru	José A. R. Vinagre	Bauru	OK	Titular
Bauru	Ricardo F. Rodrigues	Bariri		Suplente
Franca	Luciano José Dami de Oliveira	Batatais	OK	Titular
Franca	Daniel Francisco de Aguiar	Franca		Suplente
Itapeva	Flavio Antonio de Carvalho	Itapeva		Titular
Itapeva	Oswaldo Ramos leão	Itapeva	OK	Suplente
Marília	Denise Campos Justino	Marília	OK	Titular
Marília	Leila Moreira da Silva	Oscar Bressane	OK	Suplente
Presidente Prudente	Celso Aguiar Costa Junior	Presidente Prudente		Titular
Presidente Prudente	Ester Alves Conceição	Santo Anastácio		Suplente
Registro	Carlos Alberto Pereira Júnior	Registro	OK	Titular
Registro	Maria Rita Basso	Cananéia		Suplente
Ribeirão Preto	João Pedro Pinto Nascimento	Ribeirão Preto		Titular
Ribeirão Preto	Mirian Regines Fontana	Ribeirão Preto	OK	Suplente
Santos	Raul Christiano	Santos		Titular
Santos	Juliana Veiga dos Santos	Bertioga	OK	Suplente
São José do Rio Preto	Hadailton José Teixeira	Palestina	OK	Titular
São José do Rio Preto	Marinês da Silva Monhoni de Lima	Votuporanga		Suplente
São José dos Campos	André Silva dos Santos	São José dos Campos	OK	Titular
São José dos Campos	Mario Jefferson Leite Melo	Taubaté		Suplente
Sorocaba	Marco AntonioPardim	Salto	OK	Titular
Sorocaba	Débora Bergamini Moreira da Silva	Araçoiaba da Serra		Suplente
Conselho LGBT	Mariah Agatha Jeremias de Souza Lima	Ribeirão preto		Titular
Conselho LGBT	Dário Ferreira de Souza Neto	São Paulo		Suplente
Conselho Comunidade Negra	Eliza Gabriel da Costa	Limeira	OK	Titular
Conselho Comunidade Negra	Conceição Aparecida Domingos Vercesi	Botucatu		Suplente
Conselho Povos Indígenas	Marcílio Marcolino	São Paulo		Titular
Conselho Povos Indígenas	David Fernandes Martim	São Paulo		Suplente
Conselho Pessoa com Deficiência	Silvana Pereira Gimenes	São Paulo	OK	Titular
Conselho Pessoa com Deficiência	Benedito Donizete Alemão Packer	Juquiá	OK	Suplente
Pontos de Cultura	Humberto Vital Ferreira Filho	São Paulo	OK	Titular
Pontos de Cultura	Izabel Christina Galvão da Silva	São Paulo	OK	Suplente
SESC	João Paulo Leite Guadanucci	São Paulo		Titular
SESC	Virgínia BagliniChiaravalloti	São Paulo		Suplente
SISEB	Adriana Cybele Ferrari	São Paulo		Titular
SISEB	Rosane FagottiVoss	Garça		Suplente
SISEM	Davidson Panis Kaseker	São Paulo	OK	Titular
SISEM	Luiz Fernando Mizukami	São Paulo		Suplente
Artes Visuais	Tais de Souza Rivitti	São Paulo		Titular

Artes Visuais	Norberto Stori	São Paulo		Suplente
Audiovisual	Rossana Eliza Foglia	São Paulo		Titular
Audiovisual	Leyla Fernandes	São Paulo		Suplente
Capoeira	Alessandra Regina Gama	Campinas		Titular
Capoeira	Rodrigo Bruno Lima	São Paulo		Suplente
Circo	Maria Isabel de Assumpção	São Paulo		Titular
Circo	Marlene Olimpia Querubin	São Paulo		Suplente
Dança	Ana Cristina Echevengua Teixeira	São Paulo		Titular
Dança	Luciana Camila Dórcia Tápias Pupa de Freitas	Piracicaba	OK	Suplente
Hip-Hop	Cristiane Bernardino Dias	São Paulo	OK	Titular
Hip-Hop	Eduardo José Barbosa	São Paulo		Suplente
Literatura, livro e leitura	Marisa Phailpert Lajolo	São Paulo		Titular
Literatura, livro e leitura	Joaquim Maria Guimarães Botelho	São Paulo		Suplente
Música	Amilson Godoy	São Paulo	OK	Titular
Música	Carlos José Fernandes Neto	São Paulo	OK	Suplente
Patrimônio	Carlos Camilo Mourão Junior	São Paulo	OK	Titular
Patrimônio	Luís Renato Thadeu Lima	Casa Branca		Suplente
Teatro	Paulo Pélico	São Paulo		Titular
Teatro	Gabriel Fontes Paiva	São Paulo	OK	Suplente
Indicação SEC	Sebastião José Soares	São Paulo	OK	Titular
Indicação SEC	José Pedro da Silva Neto	São Paulo	OK	Suplente
Indicação SEC	Jamil Scatena	São Paulo	OK	Titular
Indicação SEC	Sérgio Cordeiro de Andrade	São Paulo		Suplente
Indicação SEC	Osterno Antônio de Souza	São Paulo	OK	Titular
Indicação SEC	Osni de P. Ribeiro Junior	Botucatu		Suplente